INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS PARA DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

KKL-JNF SOB A ÓTICA DA ECOLOGIA POLÍTICA:
CONTROLE TERRITORIAL NO CONFLITO ISRAEL-PALESTINA.

PAULO VINICIUS BEZERRA MANOEL

Foz do Iguaçu

2024

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS PARA DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

KKL-JNF SOB A ÓTICA DA ECOLOGIA POLÍTICA:

CONTROLE TERRITORIAL NO CONFLITO ISRAEL-PALESTINA.

PAULO VINICIUS BEZERRA MANOEL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais aplicado à Educação Básica.

Orientador: Profa. Dra. Paula Daniela Fernandez

Foz do Iguaçu

2024

PAULO VINICIUS BEZERRA MANOEL

KKL-JNF SOB A ÓTICA DA ECOLOGIA POLÍTICA:
CONTROLE TERRITORIAL NO CONFLITO ISRAEL-PALESTINA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais aplicado à Educação Básica.

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientadora: Profa. Dra. Paula Daniela Fernandez
UNILA

_____
Prof. (Titulação) (Nome do Professor)
(Sigla da Instituição)

_____
Prof. (Titulação) (Nome do Professor)
(Sigla da Instituição)

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de 2024.

Agradeço a Hashen por ter me concedido a vida. À Andressa Mayanny, minha esposa, e aos meus filhos Pablo Baruch e Rebecca Hannah, por entenderem a minha ausência e por acreditarem em mim.

RESUMO

O presente artigo analisa a atuação do Keren Kayemeth LeIsrael – Jewish National Fund (KKL-JNF) sob a perspectiva da ecologia política, focando em como suas políticas ambientais e fundiárias impactam o conflito Israel-Palestina. Fundado em 1901, o KKL-JNF desempenha um papel central no projeto sionista, promovendo a compra de terras e o reflorestamento como estratégias de desenvolvimento sustentável e controle territorial. As ações do KKL-JNF são criticadas por fortalecer o controle territorial israelense e pela expropriação de terras palestinas, mascarando essas ações sob um discurso de sustentabilidade. O artigo examina essas críticas e os impactos sociais, destacando a importância de considerar as dimensões políticas e sociais da conservação ambiental em contextos de conflito. A análise histórica do KKL-JNF revela sua missão original de "redenção da terra" e sua expansão em territórios ocupados após 1967. Críticos como Masalha (2012), Leff (2021), e Sharif (2014) argumentam que o reflorestamento promovido pelo KKL-JNF serve como uma ferramenta de controle territorial e exclusão, exemplificando o "greenwashing" e a instrumentalização ambiental para fins políticos. O artigo conclui que as práticas do KKL-JNF refletem e reforçam relações de poder, contribuindo para a exclusão e deslocamento de populações palestinas. A abordagem da ecologia política permite entender o KKL-JNF como uma entidade que instrumentaliza a sustentabilidade para consolidar a soberania israelense em áreas disputadas.

Palavras-chave: KKL-JNF, Ecologia política, Conflito Israel-Palestina, Reflorestamento, Controle territorial.

RESUMEN

El presente artículo analiza la actuación del Keren Kayemeth LeIsrael – Jewish National Fund (KKL-JNF) desde la perspectiva de la ecología política, enfocándose en cómo sus políticas ambientales y de tierras impactan el conflicto Israel-Palestina. Fundado en 1901, el KKL-JNF desempeña un papel central en el proyecto sionista, promoviendo la compra de tierras y la reforestación como estrategias de desarrollo sostenible y control territorial. Las acciones del KKL-JNF son criticadas por fortalecer el control territorial israelí y por la expropiación de tierras palestinas, encubriendo estas acciones bajo un discurso de sostenibilidad. El artículo examina estas críticas y sus impactos sociales, destacando la importancia de considerar las dimensiones políticas y sociales de la conservación ambiental en contextos de conflicto. El análisis histórico del KKL-JNF revela su misión original de "redención de la tierra" y su expansión en territorios ocupados después de 1967. Críticos como Masalha (2012), Leff (2021) y Sharif (2014) argumentan que la reforestación promovida por el KKL-JNF sirve como una herramienta de control territorial y exclusión, ejemplificando el "greenwashing" y la instrumentalización ambiental con fines políticos. El artículo concluye que las prácticas del KKL-JNF reflejan y refuerzan relaciones de poder, contribuyendo a la exclusión y desplazamiento de las poblaciones palestinas. La perspectiva de la ecología política permite entender al KKL-JNF como una entidad que instrumentaliza la sostenibilidad para consolidar la soberanía israelí en áreas disputadas.

Palabras clave: KKL-JNF, Ecología política, Conflicto Israel-Palestina, Reforestación, Control territorial.

ABSTRACT

The present article analyzes the actions of the Keren Kayemeth LeIsrael – Jewish National Fund (KKL-JNF) from the perspective of political ecology, focusing on how its environmental and land policies impact the Israel-Palestine conflict. Founded in 1901, the KKL-JNF plays a central role in the Zionist project, promoting land purchases and reforestation as strategies for sustainable development and territorial control. KKL-JNF's actions are criticized for strengthening Israeli territorial control and for the expropriation of Palestinian lands, masking these actions under a discourse of sustainability. The article examines these criticisms and their social impacts, highlighting the importance of considering the political and social dimensions of environmental conservation in conflict contexts. The historical analysis of KKL-JNF reveals its original mission of "land redemption" and its expansion into occupied territories after 1967. Critics like Masalha (2012), Leff (2021), and Sharif (2014) argue that the reforestation promoted by KKL-JNF serves as a tool for territorial control and exclusion, exemplifying "greenwashing" and the political instrumentalization of the environment. The article concludes that KKL-JNF's practices reflect and reinforce power relations, contributing to the exclusion and displacement of Palestinian populations. The political ecology approach allows understanding KKL-JNF as an entity that instrumentalizes sustainability to consolidate Israeli sovereignty in disputed areas.

Key words: KKL-JNF, Political ecology, Israel-Palestine conflict, Reforestation, Territorial control.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9

2. O PAPEL HISTÓRICO DO KKL-JNF 10

3. AS POLÍTICAS AMBIENTAIS DO KKL-JNF 12

4. CRÍTICAS SOB A ÓTICA DA ECOLOGIA POLÍTICA 13

5. IMPACTO DAS AÇÕES DO KKL-JNF NAS COMUNIDADES PALESTINAS 14

6. A AGENDA POLÍTICA DO KKL-JNF 16

7. ECOLOGIA POLÍTICA E EMANCIPAÇÃO SOCIOAMBIENTAL 17

8. CONCLUSÃO 19

REFERÊNCIAS 23

1 INTRODUÇÃO

O Keren Kayemeth LeIsrael – Jewish National Fund (KKL-JNF), fundado em 1901, é uma organização que contribui significativamente para na gestão territorial e ambiental de Israel. Criado com o objetivo inicial de adquirir terras para o assentamento judaico, o KKL-JNF consolidou-se como uma das principais instituições sionistas na transformação da paisagem de Israel. Desde o início, suas práticas combinam a compra de terras e o florestamento, o que contribuiu historicamente para a criação de uma base fundiária destinada à colonização judaica, especialmente em áreas consideradas estratégicas.

Por mais de um século, o KKL-JNF atuou não apenas como um ator ambiental, mas também com implicações políticas e sociais profundas. Como observa Masalha (2012), a organização é essencial na "redenção da terra", promovendo o controle territorial a partir da aquisição de terras para o povo judeu (Masalha, 2012, p. 53). A missão original, articulada por Theodor Herzl[1] e reafirmada após 1967, incluiu a ampliação das atividades do KKL-JNF em territórios ocupados.

O KKL-JNF é conhecido por seus projetos de florestamento em grande escala (GRIFFIN, 2024), restaurando terras degradadas e combatendo a desertificação com o plantio de milhões de árvores e a criação de parques e reservas naturais. As florestas do KKL-JNF cobrem cerca de 92.000 hectares, abrigando mais de 240 milhões de árvores, segundo Rishon (2023). Embora esses projetos sejam apresentados como práticas de conservação (KKL-JNF, 2023; Ginsberg, 2020; Tal, 2012), críticos argumentam que o florestamento e o reflorestamento também atuam como uma ferramenta para consolidar o controle sobre áreas disputadas, apagando a presença e a história das comunidades palestinas nessas regiões.

Desde a fundação, a missão do KKL-JNF tem sido questionada por críticos que veem suas ações como parte de uma agenda de "colonização ecológica" – um conceito que descreve o uso do meio ambiente para legitimar políticas de ocupação e exclusão. Ferreira de Figueiredo (2023) destaca que o KKL-JNF utiliza

---

[1] Theodor Herzl (1860-1904) jornalista e escritor austro-húngaro, considerado o fundador do sionismo político moderno. Promoveu a imigração judaica para a Palestina com o objetivo de estabelecer um estado judeu.

práticas de florestamento para promover um discurso de sustentabilidade, enquanto suas ações reais contribuem para a expropriação de terras palestinas e para a criação de áreas inacessíveis a essas populações (Ferreira de Figueiredo, 2023, p. 319). Esse “greenwashing” representa uma faceta importante das políticas do KKL-JNF e exemplifica como estratégias ambientais podem servir a fins políticos.

Sob a perspectiva da ecologia política (Alimonda, 2011; Escobar, 2011; Leff 2021), o KKL-JNF exemplifica o uso instrumental da natureza para fortalecer o controle sobre o território, ilustrando as complexas interações entre desenvolvimento ambiental e interesses territoriais. Leff (2021) observa que a ecologia política destaca como as práticas de uso do meio ambiente refletem e reforçam as relações de poder, o que, no contexto de Israel e Palestina, se manifesta na apropriação da terra para fins políticos (Leff, 2021, p. 58). Como descreve Sharif (2014), o KKL-JNF “legitima uma política de exclusão” ao mascarar dinâmicas de ocupação sob uma agenda ecológica (Sharif, 2014, p. 34).

Ao explorar o papel histórico do KKL-JNF no desenvolvimento e controle do território israelense, este artigo busca analisar como suas ações ambientais e fundiárias afetam as comunidades palestinas. A abordagem da ecologia política permite entender o KKL-JNF não apenas como uma instituição de preservação, mas como uma entidade que instrumentaliza a sustentabilidade para consolidar a soberania israelense em áreas disputadas. Em última análise, o estudo visa desvelar a interseção entre conservação ambiental e poder político, questionando até que ponto as práticas do KKL-JNF podem ser vistas como ferramentas de dominação territorial.

2. O PAPEL HISTÓRICO DO KKL-JNF

Fundado em 1901, o Keren Kayemeth LeIsrael – Jewish National Fund (KKL-JNF) surgiu como uma ferramenta essencial para o projeto sionista, dedicado à aquisição de terras na Palestina para o estabelecimento de assentamentos judaicos e a consolidação de uma presença duradoura na região (KKL-JNF 2023). Como explica Masalha (2012), a aquisição de terras pelo KKL-JNF ia além da colonização, sendo uma estratégia para a construção de uma soberania judaica na Palestina (Masalha, 2012, p. 53). Desde sua fundação, a organização foi orientada

pela missão de promover a chamada “redenção da terra”, conceito que integrava a compra e o desenvolvimento agrícola e social dos territórios adquiridos, a fim de criar raízes permanentes para a presença judaica (KKL-JNF, 2023).

No Quinto Congresso Sionista, realizado em Basileia, o KKL-JNF foi destacado como uma ferramenta crucial para a execução desse projeto. Nas primeiras décadas do século XX, suas atividades se concentraram em áreas estratégicas, como o Vale de Jezreel, a Galileia e as proximidades de Tel Aviv e Haifa. Essas regiões, de grande valor agrícola e geopolítico, foram prioritárias para o assentamento judaico, possibilitando a transformação de terras desérticas e subutilizadas em áreas produtivas e habitáveis. Nesse processo, Yehoshua Hankin[2], conhecido como o “Grande Redentor de Terras”, liderou as o processo de compras de grandes extensões de terras, mediante complexas negociações com proprietários árabes para expandir o território destinado aos assentamentos judaicos.

Segundo Masalha (2021), o KKL-JNF aplicou uma estratégia de fortalecimento territorial, combinando negociações e expropriações indiretas de terras palestinas. Ginsberg (2000) aponta que os projetos de reflorestamento do KKL-JNF não apenas modificaram a paisagem de Israel, mas também ofereceram benefícios sociais ao proporcionar espaços de recreação e promover o desenvolvimento rural nas áreas adjacentes (Ginsberg, 2000, p. 34).

Avraham Duvdevani[3], presidente do conselho do KKL-JNF (2020-2024), relata que essas práticas têm sido uma constante desde os primeiros dias após a ocupação de 1967, o que evidencia o papel contínuo do KKL-JNF na compra de terras na Cisjordânia. Duvdevani, afirma que, a atuação da organização representa a continuidade de uma política que remonta à ocupação e que visa ampliar a soberania territorial israelense. Essa política reflete a missão original do KKL-JNF, como observou Hacohen (2021), reafirmando a iniciativa de Theodor Herzl de comprar terras para o povo judeu (Hacohen, 2021, p. 2).

Em 1968, sob a solicitação do então primeiro-ministro Levi Eshkol, o KKL-JNF intensificou a compra de terras na Cisjordânia, criando, na década seguinte, a subsidiária Himanuta West Bank para expandir sua presença nos territórios

---

[2] Yehoshua Hankin, um ativista sionista, adquiriu terras para assentamentos judaicos na Palestina. Nascido na Ucrânia, ele imigrou para a Palestina em 1882.

[3] Avraham Duvdevani, presidente do KKL-JNF desde 2020, lidera projetos de reflorestamento, conservação de água e desenvolvimento comunitário, com foco na sustentabilidade e presença judaica.

ocupados (Rosen; Roth, 2022, p. 7). Esse período marcou a ampliação das atividades do KKL-JNF em territórios considerados prioritários para a construção de um estado judaico, consolidando uma estratégia que unia objetivos políticos e territoriais. Assim, o KKL-JNF reforçou sua missão de apoio ao assentamento judaico, especialmente em áreas periféricas e de valor estratégico, assegurando a presença e a continuidade do projeto sionista no território (Davis, 2023; Rosen, Roth, 2022).

3. AS POLÍTICAS AMBIENTAIS DO KKL-JNF

O KKL-JNF é amplamente reconhecido por seu impacto no desenvolvimento ecológico de Israel, especialmente em áreas áridas e semiáridas, utilizando o reflorestamento como ferramenta central para transformar a paisagem (Ginsberg, 2006). Desde sua fundação, a organização demonstrou um compromisso com a recuperação ambiental e a criação de florestas para estabilizar o solo e prevenir a desertificação (Tal, 2012). Brand et al. (2008) apontam que, através do reflorestamento e do manejo de ecossistemas, o KKL-JNF combate a desertificação e transforma áreas inóspitas em terras produtivas, gerando impactos ambientais duradouros (Brand et al., 2008, p. 2). Um exemplo emblemático é o plantio de árvores em áreas como o Vale de Jezreel, uma região inicialmente considerada inabitável, que se tornou uma das regiões agrícolas mais produtivas do país, consolidando a presença judaica na área.

O KKL-JNF é fundamental na gestão de terras em Israel, promovendo conservação ambiental e reflorestamento de forma estratégica (Yahel, 2006, p. 54). Tal (2012) ressalta que o KKL-JNF não só resolveu problemas locais de água por meio de dessalinização e conservação, mas também estabeleceu um modelo de sustentabilidade replicado internacionalmente.

Ao longo de sua história, O KKL-JNF priorizou o florestamento, plantando milhões de árvores para restaurar ecossistemas, estabilizar solos e prevenir erosão. A organização também desenvolveu reservatórios de água para sustentar os assentamentos (KKL-JNF, 2023). Segundo Ferreira de Figueiredo (2023), tais ações, apesar dos benefícios ecológicos, estão ligadas a interesses de controle territorial, especialmente em áreas contestadas.

Embora seja amplamente elogiado por seus avanços em

sustentabilidade, o KKL-JNF é alvo de críticas sobre a verdadeira motivação de suas políticas ambientais. Masalha (2012) e Sharif (2014) argumentam que, ao mascarar o controle territorial com uma agenda ecológica, o KKL-JNF realiza um “greenwashing” que esconde um projeto de exclusão. Dentro do contexto da ecologia política, essa crítica revela como o reflorestamento e a conservação, apesar de aparentarem neutralidade ambiental, desempenham funções políticas de dominação territorial.

Além das iniciativas locais, o KKL-JNF compartilha sua experiência em conferências e projetos internacionais para combater a degradação ambiental (Ginsberg, 2000). Ferreira de Figueiredo (2023) ressalta que essa diplomacia ambiental pode também refletir interesses geopolíticos, expandindo a influência israelense sob o pretexto de sustentabilidade.

4. CRÍTICAS SOB A ÓTICA DA ECOLOGIA POLÍTICA

A partir da perspectiva da ecologia política, o KKL-JNF é analisado como um agente que utiliza os recursos naturais — terra e água — como instrumentos de poder e dominação territorial no contexto do conflito Israel-Palestina. Essa perspectiva permite observar como as práticas ambientais servem a uma agenda de controle, estreitamente ligada às desigualdades e disputas de poder na região. Como observa Leff (2021), a ecologia política enfatiza que o uso do meio ambiente reflete e reforça relações de poder, conceito que ajuda a esclarecer a instrumentalização ambiental promovida pelo KKL-JNF.

Segundo críticos como Masalha (2012) e Sharif (2014), o reflorestamento promovido pelo KKL-JNF frequentemente disfarça a expropriação de terras palestinas, contribuindo para o deslocamento de populações locais sob uma máscara de conservação ecológica. Essa prática, conhecida como “greenwashing”, revela como as ações ambientais da organização podem estar alinhadas a objetivos de controle territorial. Ferreira de Figueiredo (2023) aponta que o KKL-JNF adota uma narrativa de sustentabilidade para justificar o que ela denomina de “greenwashing israelense”, ocultando as implicações políticas de exclusão territorial em áreas estrategicamente selecionadas.

Yahel (2006) descreve o KKL-JNF como um “ator central” na gestão das terras em Israel, promovendo práticas de reflorestamento e conservação. Essa

atuação centralizada, embora apresentada como ambiental, frequentemente impacta as comunidades palestinas ao restringir o acesso a recursos essenciais, como a água e a terra (Yahel, 2006, p. 54). Sharif (2014) destaca que o KKL-JNF “limita sistematicamente o acesso das comunidades palestinas aos recursos hídricos”, agravando a escassez de água em áreas historicamente dependentes desse recurso para a subsistência, o que intensifica a vulnerabilidade socioeconômica dessas populações (Sharif, 2014, p. 45).

A crítica central da ecologia política ao KKL-JNF é que seu manejo ambiental está intrinsecamente ligado à agenda política de Israel, comprometendo a neutralidade e contribuindo para o deslocamento indireto de comunidades palestinas. Esse deslocamento ocorre à medida que áreas palestinas são transformadas em florestas, parques e reservas, ocultando o impacto sobre as populações locais.

5. IMPACTO DAS AÇÕES DO KKL-JNF NAS COMUNIDADES PALESTINAS

As ações do KKL-JNF não apenas transformaram a paisagem ambiental de Israel, mas também tiveram um impacto profundo nas comunidades palestinas que habitavam muitas das áreas agora reflorestadas ou convertidas em parques. De acordo com Masalha (2018), "a transformação de terras palestinas em florestas não só altera o ecossistema, mas apaga a presença das comunidades, removendo vestígios culturais e históricos palestinos" (Masalha, 2018, p. 92). Para essas comunidades, o processo de reflorestamento conduzido pelo KKL-JNF tem sido frequentemente associado à expropriação de terras e ao deslocamento forçado, agravando as desigualdades sociais e econômicas na região.

Esse impacto se manifesta de várias formas, desde a perda de terras agrícolas até a restrição de acesso a recursos vitais, como a água. Como destaca Khamaisi (2023), "a redução das áreas de propriedade árabe e das áreas planejadas e liberadas para desenvolvimento contribuíram para a criação de uma realidade de escassez e reforçaram a sensação de cerco territorial entre os cidadãos árabes" (Khamaisi, 2023, p. 3). Além disso, a criação de parques e florestas pelo KKL-JNF em áreas expropriadas exemplifica como a política ambiental pode resultar na exclusão das populações locais. Muitas dessas áreas, anteriormente utilizadas para agricultura e pastoreio, agora são inacessíveis devido à conversão em áreas protegidas observa

que políticas de conservação que excluem as populações locais geram um efeito de “deslocamento ecológico”, no qual a preservação ambiental é utilizada para reforçar o controle territorial, limitando o acesso dos habitantes tradicionais aos recursos. Isso não apenas remove as fontes de sustento dessas comunidades, mas também rompe a conexão histórica e cultural que os palestinos têm com suas terras. Esse processo é descrito por críticos como uma forma de "limpeza ecológica", onde o apagamento da presença física das comunidades palestinas é substituído pela presença de parques e florestas que servem aos interesses do Estado israelense.

Além da perda as políticas do KKL-JNF têm resultado em restrições severas ao acesso à água, um recurso escasso e estratégico na região. Muitos projetos de reflorestamento e conservação de recursos hídricos implementados pelo KKL-JNF acabam limitando o uso da água pelas comunidades palestinas, agravando a escassez e aumentando a vulnerabilidade dessas populações. Sharif (2014) destaca que o KKL-JNF "limita sistematicamente o acesso das comunidades palestinas aos recursos hídricos, contribuindo para a escassez de água em áreas historicamente dependentes desse recurso para a subsistência" (Sharif, 2014, p. 45). Áreas historicamente utilizadas para a irrigação agrícola e para o abastecimento comunitário foram reconfiguradas para atender às necessidades dos assentamentos israelenses, deixando as comunidades palestinas em uma posição de dependência e insegurança hídrica.

Essa exclusão econômica diretamente as condições materiais das comunidades palestinas e agrava as tensões políticas e sociais entre israelenses e palestinos. À medida que o KKL-JNF expande suas atividades de reflorestamento e conservação, as populações palestinas enfrentam uma erosão de seus modos de vida tradicionais, sendo forçadas a buscar alternativas econômicas em condições cada vez mais precárias. A ausência de políticas compensatórias ou de inclusão dessas populações nos projetos de conservação agrava ainda mais o cenário de marginalização.

Para as comunidades palestinas, o impacto das políticas do KKL-JNF vai além da perda material. O controle sobre a terra e os recursos naturais é também uma questão de soberania e direitos territoriais, com implicações para o processo de autodeterminação palestina. Ferreira de Figueiredo (2023) destaca que as ações do KKL-JNF interferem na autodeterminação palestina, uma vez que a exclusão territorial

restringe o desenvolvimento de um Estado palestino viável, aumentando a vulnerabilidade das comunidades locais. Ao expropriar terras e limitar o acesso a recursos vitais, o KKL-JNF contribui para a fragmentação do território palestino e para a dificuldade de construção de um Estado palestino sustentável.

6. A AGENDA POLÍTICA DO KKL-JNF

Embora o KKL-JNF seja amplamente reconhecido por suas contribuições ambientais e práticas sustentáveis, seu papel vai além da preservação ecológica. O manejo da terra e dos recursos naturais pela organização está intimamente ligado a uma agenda política de consolidação territorial e reforço da soberania israelense, especialmente em áreas disputadas com os palestinos. Segundo Masalha (2012), “as políticas do KKL-JNF têm como objetivo a consolidação da soberania israelense em territórios disputados, utilizando o meio ambiente como uma ferramenta de controle político” (Masalha, 2012, p. 61).

Uma das estratégias mais evidentes dessa agenda é o uso do florestamento como uma ferramenta geopolítica. O KKL-JNF (2023) afirma que, “o próprio fato de ser o ramo operativo do movimento sionista desde os primórdios significa que o desenvolvimento da periferia do país, norte e sul, está no centro do nosso trabalho” (KKL_JNF, 2023, Online). A criação de florestas e parques em áreas próximas às fronteiras de Israel, como as regiões do Negev e da Galileia, não apenas contribui para a recuperação ambiental, mas também atua como uma barreira física e simbólica para consolidar o controle israelense sobre esses territórios.

Noa Tal, Gerente da Divisão de Planejamento da KKL-JNF, afirmou:

> “Todo o trabalho que descrevi é, de fato, a redenção da terra moderna. Este é o nosso mandato, sempre foi. Se a redenção da terra já significou a aquisição de terras, hoje significa proteger a terra. As florestas são os únicos espaços públicos abertos 24 horas por dia, 7 dias por semana, gratuitamente, e as pessoas são livres para permanecer nelas pelo tempo que quiserem. A prestação deste serviço é mais uma faceta da redenção de terras moderna, assim como o outro trabalho que descrevi” (Doron, 2023 – Tradução nossa).

Tal (2012) observa que o reflorestamento nas fronteiras israelenses tem um propósito duplo: recuperar o meio ambiente e fortalecer as fronteiras, reforçando a segurança territorial (Tal, 2012, p. 2).

A instrumentalização do reflorestamento é uma prática de grande alcance que serve para moldar o território de acordo com os interesses geopolíticos de Israel. Yahel (2006) aponta que,

> “a organização tem implementado projetos que não apenas visam a preservação ambiental, mas também a promoção da presença judaica na região, o que pode ser visto como uma estratégia de desenvolvimento territorial” (Yahel, 2006, p. 60 – Tradução nossa).

Ao plantar florestas em terras expropriadas, o KKL-JNF altera a paisagem de forma que se alinha aos interesses estratégicos do Estado, protegendo-as com leis ambientais que impedem a reocupação dessas áreas por palestinos, consolidando o controle israelense.

Outro elemento central na agenda política do KKL-JNF é o manejo dos recursos hídricos. Em uma região marcada pela escassez de água, as iniciativas de conservação e dessalinização desempenham um papel essencial na segurança nacional de Israel. Ginsberg (2000) observa que “o KKL-JNF utiliza suas iniciativas de manejo da água não apenas para fins de sustentabilidade, mas para assegurar o controle sobre os recursos hídricos essenciais na região” (Ginsberg, 2000, p. 35 – Tradução nossa). Esse controle intensifica a dependência das comunidades palestinas e contribui para a desigualdade no acesso à água, reforçando o domínio territorial sobre áreas de escassez.

A agenda política do KKL-JNF, embora revestida de um discurso de sustentabilidade, é criticada sob a perspectiva da ecologia política como parte de um processo de “colonização ecológica”. Leff (2021) descreve esse processo como a utilização do meio ambiente para promover a exclusão de populações locais e consolidar o poder territorial, transformando a conservação ambiental em um mecanismo de dominação (Leff, 2021). Dessa forma, o KKL-JNF não apenas preserva o meio ambiente, mas o instrumentaliza para fortalecer reivindicações territoriais em uma região de disputa geopolítica constante.

7. ECOLOGIA POLÍTICA E EMANCIPAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

A abordagem da ecologia política vai além de uma análise crítica do

uso de recursos naturais; ela propõe um exame profundo das relações de poder, práticas de dominação e marginalização socioambiental que emergem em contextos de conflito. No caso do Keren Kayemeth LeIsrael – Jewish National Fund (KKL-JNF), suas ações de reflorestamento e manejo de terras são frequentemente criticadas por servirem como instrumentos de controle territorial e exclusão de comunidades palestinas, como apontado por Masalha (2012) e Ferreira de Figueiredo (2023). De acordo com Little (2006), a ecologia política não apenas contribui para a compreensão dos conflitos ambientais, mas também "visibiliza" atores socioambientais marginalizados, revelando conexões e relações de poder antes ignoradas. No contexto do KKL-JNF, isso significa destacar as populações palestinas impactadas por suas políticas ambientais e dar ênfase às suas reivindicações, que são frequentemente desconsideradas pelas narrativas hegemônicas de sustentabilidade e desenvolvimento.

Ao identificar e destacar os direitos em conflito, a ecologia política amplia o debate político para incluir perspectivas culturais e sociais que são, muitas vezes, negligenciadas por atores hegemônicos. Esse enfoque crítico é essencial para entender as ações do KKL-JNF, que, segundo críticos, utiliza uma narrativa de conservação ambiental para encobrir práticas de exclusão e consolidação de poder. A produção de conhecimento confiável e holístico, segundo Alimonda (2011) e Leff (2021), permite a formulação de políticas públicas que respondem às reivindicações dos grupos sociais afetados, promovendo processos de justiça e reconhecimento do outro. Nesse sentido, o ambiente é visto como um campo em disputa (Escobar, 1995), onde relações coloniais de exploração, apropriação e controle dos recursos naturais são perpetuadas, afetando especialmente populações marginalizadas (Alimonda, 2011; Leff, 2021).

No caso das ações do KKL-JNF, essa perspectiva revela como políticas de florestamento e conservação de recursos hídricos, embora apresentadas sob um manto de sustentabilidade, têm sido acusadas de contribuir para a expropriação de terras palestinas e o deslocamento de suas comunidades. Tais práticas, como observa Masalha (2012), estão intimamente ligadas ao fortalecimento da soberania territorial israelense e ao apagamento da presença histórica dos palestinos. Ao analisar a economia política dos processos de ocupação e apropriação decorrentes de modelos de desenvolvimento capitalistas hegemônicos, a ecologia

política se apresenta como um espaço privilegiado para a compreensão dos colapsos ambientais atuais. Esses colapsos não podem ser entendidos apenas como problemas biológicos ou técnicos, mas como resultado de apropriações violentas da natureza e acentuação das desigualdades socioambientais.

Portanto, ao aplicar a ecologia política ao estudo das ações do KKL-JNF, é possível evidenciar como o meio ambiente é instrumentalizado para reforçar dinâmicas de poder e exclusão. Como Sharif (2014) observa, a instrumentalização da conservação ambiental pelo KKL-JNF legitima a exclusão territorial e o apagamento cultural palestino, ao mesmo tempo em que promove uma narrativa hegemônica de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a ecologia política aponta para horizontes emancipatórios baseados em novos processos produtivos e reprodutivos, fundamentados em justiça, reconhecimento e respeito aos diferentes saberes e modelos de mundo (Leff, 2021). A crítica ao KKL-JNF, sob essa perspectiva, não se limita a questionar suas práticas de dominação, mas também propõe alternativas para a construção de um ambiente socioambiental mais equitativo e sustentável.

Ao considerar as ações do KKL-JNF sob o enfoque da ecologia política, o presente estudo busca expandir a compreensão dos conflitos socioambientais em torno do uso e controle dos recursos naturais, oferecendo uma contribuição significativa para o debate sobre justiça ambiental e políticas inclusivas em regiões de conflito.

8. CONCLUSÃO

A análise das ações do Keren Kayemeth LeIsrael – Jewish National Fund (KKL-JNF) sob a perspectiva da ecologia política evidencia como as práticas de conservação e manejo ambiental podem ser instrumentalizadas para fins de consolidação territorial e dominação política. Desde sua fundação em 1901, o KKL-JNF é essencial no projeto sionista, inicialmente com o objetivo de adquirir terras para estabelecer assentamentos judeus na Palestina. No entanto, como demonstrado ao longo deste artigo, a organização não se limitou a promover o desenvolvimento agrícola e a recuperação ambiental, mas utilizou essas práticas como uma estratégia geopolítica, inserindo suas ações em uma agenda política que visa a legitimação da soberania israelense sobre áreas disputadas.

Através da abordagem da ecologia política, este estudo revela que o KKL-JNF se apropriou de discursos de sustentabilidade para justificar suas ações, ao mesmo tempo em que marginaliza e expropria comunidades palestinas. De acordo com Ferreira de Figueiredo (2023), essa instrumentalização do meio ambiente reflete o que críticos chamam de “greenwashing israelense”, em que a narrativa de preservação e reflorestamento serve para encobrir um projeto político de controle territorial. Essa crítica se insere em uma perspectiva de ecologia política que compreende o meio ambiente como um campo de disputa, onde relações de poder e exclusão são perpetuadas (Escobar, 1995; Alimonda, 2011; Leff, 2021).

Ao promover o plantio de florestas e a criação de parques em áreas anteriormente habitadas por palestinos, o KKL-JNF apaga vestígios da presença histórica dessas comunidades, consolidando um novo regime de ocupação que se sobrepõe aos direitos e reivindicações dos habitantes originais. Essa prática, descrita como uma forma de "colonização ecológica" (Sharif, 2014), revela que o controle ambiental não é um fenômeno isolado, mas parte de um processo mais amplo de dominação política e apropriação de recursos. Dessa forma, o KKL-JNF contribui para a reconfiguração da paisagem física e política de Israel, transformando a natureza em uma ferramenta de controle e exclusão.

A ecologia política, ao visibilizar atores socioambientais marginalizados, como as comunidades palestinas impactadas pelas ações do KKL-JNF, revela as conexões entre o manejo ambiental e as dinâmicas de poder. Como destaca Little (2006), essa abordagem permite que se dê ênfase às reivindicações desses grupos, questionando narrativas hegemônicas e ampliando o debate político para incluir direitos culturais e sociais ignorados pelo Estado e por agentes dominantes. No caso do KKL-JNF, ao transformar áreas antes utilizadas para agricultura e pastoreio em parques e florestas, a organização não apenas altera o ecossistema local, mas limita o acesso dessas comunidades a recursos vitais, exacerbando as desigualdades socioeconômicas e territoriais.

Essa exclusão ambiental e social gerada pelas políticas do KKL-JNF tem implicações profundas para o processo de autodeterminação palestina. Como observa Masalha (2012), a criação de florestas em terras expropriadas não só altera a paisagem física, mas apaga a memória e a identidade cultural dos palestinos, contribuindo para a fragmentação de seu território e dificultando a construção de um

Estado palestino viável. A ecologia política, ao abordar essas questões sob uma ótica crítica, expõe as dinâmicas de poder subjacentes às práticas de conservação ambiental, questionando sua neutralidade e propondo uma reflexão mais profunda sobre os impactos sociais e políticos dessas políticas.

Além disso, a abordagem da ecologia política revela que os colapsos ambientais atuais não são apenas problemas técnicos ou biológicos, mas refletem processos históricos e estruturais de apropriação violenta da natureza e de acentuação das desigualdades socioambientais. No caso do KKL-JNF, suas políticas de manejo de recursos hídricos e reflorestamento são apresentadas sob uma retórica de inovação sustentável, mas, na prática, contribuem para a consolidação de um regime de exclusão territorial. O controle dos recursos hídricos, por exemplo, é uma estratégia geopolítica essencial em uma região marcada pela escassez de água, e o KKL-JNF tem um papel crucial na implementação de tecnologias de dessalinização e conservação (Ginsberg, 2000), que reforçam a dependência das comunidades palestinas em relação ao abastecimento controlado por Israel.

Portanto, ao aplicar a ecologia política ao estudo do KKL-JNF, este artigo evidencia a importância de se considerar as dimensões sociais e políticas das práticas de sustentabilidade em regiões de conflito. A crítica à atuação do KKL-JNF não se limita a apontar falhas em suas práticas ambientais, mas propõe uma análise mais ampla sobre como essas práticas se relacionam com dinâmicas de poder, dominação e marginalização. Ao revelar as interconexões entre controle ambiental, consolidação territorial e exclusão social, a ecologia política oferece um campo de investigação privilegiado para compreender os impactos socioambientais de instituições como o KKL-JNF.

A partir dessa perspectiva, torna-se evidente que o KKL-JNF opera em uma interseção complexa entre ambiente e política, utilizando o discurso de sustentabilidade para reforçar suas reivindicações territoriais e legitimar políticas de exclusão. Ao criar florestas e parques em áreas disputadas, a organização não apenas transforma a paisagem física, mas redefine as fronteiras políticas e sociais, consolidando um controle que impacta diretamente as condições de vida e os direitos das populações palestinas. Essa instrumentalização da natureza para fins de dominação reflete as críticas levantadas pela ecologia política, que questiona o uso estratégico do meio ambiente como ferramenta de poder e controle.

Contudo, é necessário reconhecer que a abordagem crítica da ecologia política não visa apenas denunciar práticas de dominação, mas também promover horizontes emancipatórios baseados em justiça, reconhecimento e respeito aos diferentes saberes e modos de vida (Leff, 2021). Ao dar visibilidade às vozes marginalizadas e expor os impactos ocultos de políticas ambientais aparentemente neutras, a ecologia política se posiciona como um espaço ativo de construção de alternativas para um futuro mais justo e sustentável.

Em última análise, a investigação da atuação do KKL-JNF sob a perspectiva da ecologia política nos leva a refletir sobre as complexas relações entre conservação ambiental, política e poder em regiões de conflito. O presente estudo reforça a necessidade de se considerar as dimensões sociais e históricas das práticas de sustentabilidade, questionando suas motivações e consequências para as comunidades envolvidas. Ao ampliar o escopo de análise para incluir questões de justiça social e territorial, a ecologia política oferece uma contribuição valiosa para o entendimento dos conflitos socioambientais e a formulação de políticas públicas que promovam um desenvolvimento mais inclusivo e equitativo.

Dessa forma, conclui-se que a atuação do KKL-JNF vai além de uma agenda de sustentabilidade e conservação. Suas práticas refletem uma estratégia de consolidação territorial que utiliza o meio ambiente como instrumento de dominação e exclusão, impactando profundamente as populações palestinas e suas reivindicações por justiça e autodeterminação. Através da abordagem crítica da ecologia política, este artigo contribui para uma reflexão mais ampla sobre as implicações sociais e políticas das políticas ambientais, desafiando narrativas hegemônicas e propondo alternativas para a construção de um futuro mais justo e sustentável.

REFERÊNCIAS

ALIMONDA, Héctor (Org.). La Naturaleza: Ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

BRAND, David *et al*. Afforestation in Israel – reclaiming ecosystems and combating desertification. Jerusalem: Keren Kayemet Le'Israel, 2008.

DAVIS, Uri. The JNF/KKL: A Charity Complicit With Ethnic Cleansing. London: MEMO Publishers, 2023. p. 491.

DAVIS, Uri. The JNF/KKL: A Charity Complicit With Ethnic Cleansing. London: MEMO Publishers, 2023. p. 491.

DORON, Yoav. Keren Kayemeth LeIsrael - KKL-JNF - What Has the Jewish National Fund Got to Do With Renovating the Ben Gurion Desert Home or With Investment in Education? KKL-JNF Explains. 6 maio 2023. Disponível em: https://www.kkl-jnf.org/about-kkl-jnf/magazine_articles/article_040723/. Acesso em: 29 out. 2024.

ESCOBAR, Arturo. La Naturaleza colonizada: Ecología política y minería en América Latina. In: ALIMONDA, Héctor (Org.). La Naturaleza colonizada: Ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011. p. 45-85.

FERREIRA DE FIGUEIREDO, Carolina. "A Palestina é uma questão de justiça climática": um panorama sobre a prática de greenwashing israelense e as formas de resistência palestina à ocupação. Antíteses, [S. l.], v. 16, n. 32, p. 311–337, 2023. DOI: 10.5433/1984-3356.2023v16n32p311-337. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/47615. Acesso em: 16 out. 2024.

GINSBERG, Paul. Afforestation in Israel: A Source of Social Goods and Services. Journal of Forestry, v. 98, n. 3, p. 32-36, mar. 2000. DOI: https://doi.org/10.1093/jof/98.3.32. Acesso em: 15 out. 2024.

GINSBERG, Paul. Restoring biodiversity to pine afforestations in Israel. Journal for Nature Conservation, v. 14, n. 3–4, p. 207-216, 2006. ISSN 1617-1381. DOI: https://doi.org/10.1016/j.jnc.2006.04.003. Acesso em: 10 out. 2024.

GRIFFIN, Gilbert. Florestamento x Reflorestamento. Forestry.com. Forestry In Depth, for Loggers and Foresters. Disponível em: https://forestry.com/. Acesso em: 23 set. 2024.

HACOHEN, Gershon. Let the Jewish National Fund Recommit to Its Original Mission. BESA Center Perspectives Paper, n. 1.960, 11 mar. 2021.

KHAMAISI, Rassem. יישום מנגנון הרה-פרצלציה הבעלות על הקרקע מחסם למנוף: [aplicação do mecanismo de re-parcelamento da propriedade da terra como um obstáculo ao desenvolvimento]. Jerusalém: KKL-JNF, 2023. Disponível em: https://www.kkl.org.il/files/Accessible-1/About_us/profile/chief_scientist/institute_for_land_policy/Karka_newspaper/karka_74/karka-74-habaalut.pdf. Acesso em: 26 de out. 2024.

KKL-JNF. Florestação em Israel. Disponível em: https://www.kkl.org.br/pesquisa-florestal-e-ecol%C3%B3gica. Acesso em: 25 out. 2024.

LEFF, E. Ecologia Política: da desconstrução do capital à territorialização da vida. Tradução: Jorge Calvimonte. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

LITTLE, Paul E. The political ecology of Amazon floodplain fisheries. In: IMBERGER, J.; GAYNOR, A.; LEYBOURNE, M.; TOUSSAINT, S. (Ed.). Water: histories, cultures, ecologies. Perth: University of Western Australia Press, 2006. p. 192-204.

MASALHA, Nur. The Palestinian Nakba: decolonising history, narrating the subaltern reclaiming memory. New York: Columbia, 2012.

NYLAND, R. D. Silviculture: Concepts and applications. Third edition. McGraw-Hill

Series in Forest Resources. New York: McGraw-Hill, 1996.
Present. New Haven: Yale University Press.

RISHON, Makor. KKL-JNF. KKL-JNF and the State of Israel Through 75 Years of Zionism and National Development. 21 abr. 2023. Disponível em: https://www.kkl-jnf.org/about-kkl-jnf/magazine_articles/article_110723/. Acesso em: 11 set. 2024.

ROSEN, Maya; ROTH, A. Daniel. Palestinian Displacement and Entrenching the Occupation. A Progressive Jewish Response to the Discriminatory Policies of KKL–JNF, 2022.

SARUE, Sarita Mucinic. Janusz Korczak diante do sionismo. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8152/tde-31012013-131216/. Acesso em: 08 set. 2024.

SHARIF, Lila. Savory Politics: land, memory, and the ecological occupation of Palestine. 2014. Thesis (Sociology and Ethnic Studies) - University of California, San Diego, 2014.

Tal, A. (2013) All the Trees of the Forest, Israel's Woodlands, from the Bible to the
TAL, Alon. Israel's New Bible of Forestry and the Pursuit of Sustainable Dryland Afforestation. Man and Environment in Israel, Special Issue, v. 32, 2012.

UNFCCC. Afforestation and Reforestation Projects under the Clean Development Mechanism: A Reference Manual. Bonn: United Nations Framework Convention on Climate Change, 2013.

YAHEL, H. Land disputes between the Negev Bedouin and Israel. Israel Studies, v. 11, n. 2, p. 54-66, 2006.